

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRATIZAÇÃO E ACTORES INTERNACIONAIS

Alexandra Barahona de Brito

Este trabalho examina o contributo dos actores internacionais nos processos de democratização e faz uma reflexão sobre o mundo árabe numa óptica comparativa. Desenvolve o argumento segundo o qual os actores internacionais podem desempenhar um papel de suporte e que o clima global/regional ou zeitgeist favorável à democratização pode ser um estímulo poderoso para a mudança. Contudo, não há «receitas» para o sucesso: as intervenções, desde as sanções à diplomacia tranquila, estão pejudicadas de escolhos e o êxito depende, amiúde, das qualidades de liderança, da fortuna, entre outros factores imprevisíveis. Ora, o mundo árabe coloca desafios especiais e insondáveis, em virtude da estrutura das suas economias, da persistência de tradições autoritárias, do problema inerente a oposições desleais, e da ausência de um contexto regional favorável.

HUMAN RIGHTS DEMOCRATISATION AND INTERNATIONAL ACTORS

Alexandra Barahona de Brito

The article looks at the contribution of international actors to

democratisation processes and reflects on the Arab world in a comparative light. It is argued that international actors can play a supportive role and that a global/regional climate or zeitgeist favouring democratisation can be a powerful stimulus for change. However, there are no «recipes» for success: interventions, ranging from sanctions to quiet diplomacy, are fraught with pitfalls and success often depends on the qualities of leadership, fortuna, and other unpredictable factors. And the Arab world presents special and particularly intractable challenges, due to the structure of the economies, the durability of authoritarian traditions, the problem posed by disloyal oppositions, and the absence of a favourable regional context.

DEZ ANOS DE PARCERIA EUROMEDITERRÂNICA: O AVANÇO HESITANTE DA DEMOCRACIA?

Irene Menéndez e Richard Youngs

A cimeira euromediterrânica de alto nível realizada em Barcelona em Novembro de 2005, com vista a assinalar o décimo aniversário da Parceria Euromediterrânica, tem sido vista como um fiasco. As tensões entre os parceiros ficaram bem patentes e só num número muito limitado de assuntos é que foi possível alcançar alguns progressos. Este artigo analisa as implicações da cimeira para a promoção da democracia no Mediterrâneo

sul. Argumenta-se que embora a política comunitária tenha sido «securitizada» após o 11 de Setembro, a verdade é que a cimeira decorreu numa altura em que se intensificam os esforços em prol da democratização do mundo árabe. Por fim, à luz desses acontecimentos, o artigo sugere que as abordagens da União Europeia à promoção da democracia podem vir a revelar-se mais resilientes do que muitos esperavam.

THE EUROMEDITERRANEAN PARTNERSHIP TURNS TEN: DEMOCRACY'S HALTING ADVANCE?

Irene Menéndez and Richard Youngs

The Euromediterranean high level summit held in Barcelona in November 2005 marking the tenth anniversary of the EMP, the main UE initiative structuring relations with the Maghreb and Mashreq in the Mediterranean, has been widely viewed as a failure. Tensions between partners were apparent, and only modest success was achieved on a limited number of issues. This article considers the implications of the summit for democracy promotion in the southern Mediterranean. It argues that recent developments in the Arab world have fundamentally altered the context within which the EMP was created. Second, it is argued that while policy has been marked by «securitised» approaches in the wake of 9/11, the summit also took place amidst increa-

sed efforts to promote democracy. Finally, in the light of such developments, the article suggests that UE approaches to democracy promotion may prove to be more resilient than expected.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL NUM CONTEXTO EM MUDANÇA

Bárbara Direito

A criação do Tribunal Penal Internacional marcou um avanço único no direito internacional. No entanto, para se tornar numa instituição eficaz, o Tribunal necessita da cooperação dos estados-partes no tratado, bem como daqueles que não ratificaram o Estatuto de Roma. Em particular no contexto pós-11 de Setembro, é importante reavaliar em que medida novas prioridades como a luta contra o terrorismo vêm de encontro aos objectivos do TPI ou se, pelo contrário, podem ter um impacto negativo e até prejudicar o funcionamento eficaz daquele. A posição dos Estados Unidos em relação ao Tribunal assume neste contexto uma particular importância.

THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT IN AN EVOLVING INTERNATIONAL CONTEXT

Bárbara Direito

The creation of the International Criminal Court (ICC) marks an important progress in international law. However, in order to become a relevant body the Court must rely on the cooperation of all its members and benefit from the help of the states that didn't subscribed to the Rome statute. In the post 9/11 context it is important to assess the impact of the new counter-terrorist agenda on the regular functioning of the Court: will it help or will it endanger the ICC professed goals? In this particular context, the United States position is of the utmost importance.

O CONSELHO DA EUROPA: CONTRIBUIÇÕES DO PASSADO, DESAFIOS DA ACTUALIDADE

Vítor P. Nogueira

Este artigo pretende ser uma breve reflexão retrospectiva sobre o que tem sido o papel do Conselho da Europa na ordem política europeia no seu mais de meio século de existência e quais os seus actuais desafios. O artigo divide-se em duas partes: a primeira ilustra brevemente como o Conselho da Europa desenvolveu um padrão político de abertura e de inclusão das novas e frágeis democracias no *mainstream* político europeu; a segunda ilustra brevemente algumas das inovações jurídicas e institucionais que se operaram a nível internacional com a criação e acção do Conselho da Europa, bem como da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. O artigo conclui com uma reflexão acerca do impacto real e potencial dos acontecimentos de 11 de Setembro na agenda do Conselho e seus países membros e a contribuição da organização no tratamento das tensões cada vez mais evidentes entre as liberdades civis e as políticas antiterroristas.

THE COUNCIL OF EUROPE: PAST CONTRIBUTIONS, NEW CHALLENGES

Vítor Pimentel Nogueira

This article focuses on the contribution of the Council of Europe (CoE) to the promotion and safeguard of democracy, human rights and the rule of law in Western and Eastern Europe. It is divided in two sections. The first one is an account on how the Council developed a pattern of open and flexible inclusion of new and fragile democracies in the «European political mainstream», without ceasing to promote the development of civil society. The cases chosen here are the relations established with, the Iberian states and the Central and Eastern European. Section two highlights some of the legal and institutional innovations brought along with the existence of the CoE and the European

Convention of Human Rights. In its conclusion, the author outlines a set of considerations for further reflection on the role of the Council of Europe in the post-9/11 world.

LUTA ANTITERRORISMO, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA EXTERNA

Pedro Courela

Embrora tenha ganho uma visibilidade e intensidade muito maiores após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, a cooperação em matéria de contraterrorismo entre os membros da União Europeia conta já com várias décadas. Então, como agora, a retórica estava bem à frente da prática, embora a noção de urgência fosse consideravelmente diferente. A primeira parte deste artigo traça a evolução da cooperação europeia no domínio das medidas antiterrorismo, procurando perceber as motivações, bem como os limites das iniciativas levadas a cabo. A segunda parte centra-se na questão do equilíbrio entre os requisitos de um combate eficaz às organizações terroristas e os princípios da justiça e dos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito às medidas aprovadas após os ataques de 11 de Setembro. Como será explicado, esta questão coloca-se a nível interno (quer dos estados-membros, quer da própria União), mas igualmente no domínio das relações externas. A política da União face aos vizinhos do Mediterrâneo constitui um bom exemplo dos dilemas actuais.

COUNTER-TERRORISM, HUMAN RIGHTS AND FOREIGN POLICY

Pedro Courela

Although its visibility was greatly enhanced by the 9/11 attacks, the UE cooperation in the field of counter-terrorism begun in the 1970's. Then, has now, the rhetoric was much inflated and there was a marked gap between the politicians rhetoric and the adoption of effective measures. The first section of this article traces the evolution of the European counter-terrorist cooperation and tries to assess the motives, as well as the limitations, behind the main initiatives. The second part examines the balance between the demands of the counter-terrorist efforts and the preservation of human rights and the rule of law. This is an issue whose relevance has become evident not only in domestic terms, but also in the field of the UE external relations. The UE policy towards the Mediterranean Arab states will help to illustrate these dilemmas.

PORTUGAL, ESPANHA E A UNIÃO EUROPEIA

Sebastián Royo

Este artigo usa a integração de Portugal e da Espanha na União Europeia como uma oportunidade para reflectir sobre o que aconteceu em ambos os países desde 1986. Examina o processo de integração e a forma como este afectou os desenvolvimentos sociais e políticos em Portugal e Espanha nas duas últimas décadas, e identifica as mudanças básicas na economia e sociedade dos dois países ibéricos que resultaram da integração europeia.

PORTUGAL, SPAIN AND THE EUROPEAN UNION

Sebastián Royo

The purpose of this article is to use the integration of Spain and Portugal into the European Union as an opportunity to reflect on what has happened to both countries since 1986. It examines the integration process and how it has affected political, economic and social developments in Portugal and in Spain over the last two decades. It identifies the basic changes in the economies and societies of Portugal and Spain that occurred as a result of European integration.

SEGURANÇA E EMANCIPAÇÃO: PARA UMA TEORIA CRÍTICA DE SEGURANÇA

João Reis Nunes

Este artigo pretende contribuir para o debate teórico sobre «segurança», um conceito raras vezes questionado e, em grande medida, tomado como refém no seio de reflexões de carácter estratégico fundamentalmente militar ou policial. Das noções subentendidas e não analisadas, depreende-se que a segurança é normalmente vista como a ausência de ameaças. No entanto, uma definição negativa é insuficiente. Este artigo propõe-se efectuar uma problematização do conceito de segurança, de forma a: a) evidenciar as ligações entre segurança e política; b) simultaneamente alargar e aprofundar os objectos referentes e as áreas de atenção dos Estudos de Segurança; c) propor um conceito de segurança centrado em pressupostos e objectivos emancipatórios orientados para o indivíduo. Partirei de uma aproximação analítica baseada na discursividade, o que me permitirá defender alternativas contra-hegemónicas às noções tradicionais de segurança. Em seguida, e como contraposição às concepções dominantes de inspiração realista, introduzirei o conceito de «segurança como emancipação», distinguindo-o, ao mesmo tempo, das várias perspectivas de segurança internacional baseadas

nas «novas ameaças». Concluirei após algumas observações sobre o carácter da emancipação e sobre futuros caminhos de pesquisa.

SECURITY AND EMANCIPATION: TOWARDS A CRITICAL THEORY OF SECURITY

João Reis Nunes

The aim of this article is to contribute to the theoretical debate on «security», a concept seldom questioned and, to a large extent, imprisoned within strategic and military conceptions. From the various unaddressed and «subliminal» understandings, one can conclude that security is normally seen as the absence of threats. This definition is, however, clearly insufficient. This article undertakes a problematization of the concept of security, so as to: a) highlight the interconnection between security and politics; b) contribute to the definition of both broader and deeper areas and referent objects for Security Studies; c) make the case for a concept of security centered on the goals of individual emancipation. I will start from a discursive approach, which will allow me to make the case for counter-hegemonic alternatives to traditional notions of security. In opposition to realist-inspired dominant conceptions, I will then introduce the concept of «security as emancipation», as distinct from international security approaches based on the so called «new threats». I will conclude after some observations about the character of emancipation and future research pathways.

MULTICULTURALISMO E SEGURANÇA SOCIETAL

José Pedro Teixeira Fernandes

O multiculturalismo está cada vez mais no centro da agenda política nas sociedades abertas da Europa/Ocidente, devido à crescente heterogeneidade e diversidade cultural da população. No último ano, acontecimentos dramáticos e extremamente mediatizados como os atentados terroristas no metro de Londres, em 7 de Julho, e os distúrbios e turbulência social verificada em França, a partir de 27 de Outubro e prolongando-se pelo mês de Novembro, reforçaram esta tendência, pela associação, correcta ou incorrectamente efectuada, ao «multiculturalismo de emigração». Neste contexto político, o objecto do presente artigo é a análise das relações que se podem estabelecer entre o multiculturalismo e a segurança societal, quer ao nível da discussão teórico-académica (com particular incidência no campo da Filosofia Política), quer ao nível de algumas evidências empíricas que se podem observar em sociedades europeias (Reino Unido e França) e da América do Norte (Canadá), associadas sobretudo às comunidades muçulmanas que vivem nesses países. Em particular, procura-se avaliar em que medida o multiculturalismo comporta um risco de ruptura da coesão societal, por erosão das instituições, práticas e valores que suportam e estabilizam as sociedades abertas e pluralistas.

MULTICULTURALISM AND SOCIETAL SECURITY

José Pedro Teixeira Fernandes

Multiculturalism is progressively at the core of the agenda among the open societies of Europe/West due to their increasing heterogeneity and to the cultural diversity of the population. Last year, dramatic occurrences highly reported by the media – the terrorist attacks in the London subway, on July 7, and the riots and the social turbulence in France, starting on October 27 and continuing for several weeks during November – strengthened the belief that «multiculturalism of emigration» might be at stake. Within the political context above described, the subject of this paper is to analyse the interplay between multiculturalism and the societal security, both at the level of the theoretical discussion (with particular incidence in the field of the Political Philosophy), and at the level of some empirical evidence that can be observed in European societies (United Kingdom and France) and North American ones (Canada), encompassing Muslim communities. In particular, the paper aims at evaluating whether the multiculturalism is endangering the societal cohesion, leading to the erosion of institutions, practices and values that support and stabilize open and pluralist societies.